

REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / XIII (2 .^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: A situação da UID/EMEF/Nomad Tech e a soberania nacional

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Multiplicam-se as notícias que a empresa NOMAD Digital foi vendida, havendo mesmo quem afirme que foi vendida à Siemens com a manifesta intenção de encerrar a Nomad Tech, de que a Nomad Digital é detentora a 65%.

Recordamos que a Nomad Tech (detida a 35% pela EMEF) foi a forma utilizada pelo anterior governo PSD/CDS para entregar a Unidade de Investigação e Desenvolvimento da EMEF à multinacional NOMAD Digital, numa privatização e que o PCP denunciou e criticou desde a primeira hora.

Escrevemos em 2012 numa pergunta ao governo de então que com esta medida «*Além de representar o prosseguimento do desmantelar do sector ferroviário nacional, são evidentes os riscos desta privatização (para a EMEF, para a CP, para os ferroviários e para o país)*». Diziam então os arautos do sistema, como disseram tantas vezes noutros casos, que a entrega às multinacionais significaria potencial exportador e novas oportunidades. Alertámos que uma coisa é trabalhar com as multinacionais do sector (até porque têm apropriado parte do conhecimento social), outra coisa é colocarmos o país nas mãos das multinacionais, como se fez mais uma vez.

Importa lembrar que já se encontra certificado, e com autorização de circulação para as automotoras Siemens 2300/2400A, o projeto Lusogate, desenvolvido pela UID/EMEF (agora Nomad Tech) que permitirá enormes poupanças à CP e ao Estado Português, e tem um enorme potencial exportador. A razão apontada para este alegado objetivo da Siemens (de comprar e encerrar aquela unidade) enquadra-se claramente na lógica dos grandes grupos económicos: as poupanças que o sistema desenvolvido pela UID/UMEF poderia trazer aos utilizadores de material circulante, e à ferrovia nacional, são ganhos que a multinacional deixa de realizar.

Existem mecanismos para travar a eventual destruição da UID/EMEF, quer no próprio processo de venda, quer nos instrumentos que o Estado Português tem à sua disposição para salvaguardar o interesse nacional. A questão é se o Governo está disponível para o fazer afrontando as multinacionais.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo o seguinte:

1. Que informação tem o Governo sobre esta situação e este processo?
2. Que medidas vai desenvolver para reintegrar a UID na EMEF e defender todo o seu potencial para a economia nacional?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 19 de Dezembro de 2016

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)